

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/17359	22034/2025	Aquisição ou alienação de bens móveis culturais
Unidade Administrativa		
DCT [ENTRADAS]		
Propósito		
Expediente Geral \ DCT-DC - Despacho		
Órgão/Cargo que resolve		
Presidente da Câmara Municipal		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da alínea b' do n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento do Arquivo Municipal, Regulamento n.º 763/2024 de 27-06-2024, compete ao Arquivo Municipal *desenvolver uma política ativa de recolha de fontes de informação, designadamente através da identificação de fundos arquivísticos públicos ou privados, independentemente do suporte, com interesse histórico para o Município, incentivando e promovendo a sua aquisição, com vista à sua salvaguarda, difusão e acesso.*

Pelo exposto, a **Autoridade para as Condições do Trabalho do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (ACT)**, pela sua Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho, com sede no Rossio da Sé, Braga, 4704-506 – Braga, tem nas suas instalações um valioso património arquivístico que herdou de diversas entidades antecessoras já extintas, como o Instituto Nacional para Trabalho e Previdência (1933-1974) que tinha como missão assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho e as demais de carácter social e que por Protocolo de Cooperação pretende contratualizar a transferência a título de depósito do referido acervo documental para o Arquivo Municipal de Braga, nos termos do modelo que se anexa à presente informação.

A presente proposta de Protocolo de Cooperação tendo em vista a aquisição de património arquivístico por depósito cumpre o disposto no n.º 4 do artigo 21.º, e do artigo 25.º do Regulamento do Arquivo Municipal, Regulamento n.º 763/2024 de 27-06-2024, garantindo de igual modo o objetivo 2.2.7 do Plano Estratégico do Arquivo Municipal de Braga 2024-2027: “sustentar o compromisso de enriquecer o património arquivístico com a aquisição de



novos fundos e documentos, por meio de transferências, incorporações, doações e compras, seja do universo municipal ou privado, desde que contribuam para a preservação da história da cidade.”

Pelo exposto, e nos termos do n.º 3, do artigo 25.º do Regulamento do Arquivo Municipal, Regulamento n.º 763/2024 de 27-06-2024 e após análise do inventário apresentado consideramos de extrema importância a aceitação da presente proposta de aquisição de património arquivístico por depósito.

Mais se informa que a presente proposta de aquisição por depósito seja submetida a reunião do Executivo Municipal conforme determina o artigo 23.º do Regulamento do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Braga, com colhimento prévio de parecer favorável do Departamento Jurídico.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Defiro nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 22/05/2025

Nº Processo: 22034/2025

Processo: Proposta de aquisição por depósito do arquivo da Inspeção do Trabalho (1916) e do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência (1933-1974)

Nos termos da alínea b' do n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento do Arquivo Municipal, Regulamento n.º 763/2024 de 27-06-2024, compete ao Arquivo Municipal *desenvolver uma política ativa de recolha de fontes de informação, designadamente através da identificação de fundos arquivísticos públicos ou privados, independentemente do suporte, com interesse histórico para o Município, incentivando e promovendo a sua aquisição, com vista à sua salvaguarda, difusão e acesso.*

Pelo exposto, a **Autoridade para as Condições do Trabalho do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (ACT)**, pela sua Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho, com sede no Rossio da Sé, Braga, 4704-506 – Braga, tem nas suas instalações um valioso património arquivístico que herdou de diversas entidades antecessoras já extintas, como o Instituto Nacional para Trabalho e Previdência (1933-1974) que tinha como missão assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho e as demais de carácter social e que por Protocolo de Cooperação pretende contraturalizar a transferência a título de depósito do referido acervo documental para o Arquivo Municipal de Braga, nos termos do modelo que se anexa à presente informação.

A presente proposta de Protocolo de Cooperação tendo em vista a aquisição de património arquivístico por depósito cumpre o disposto no n.º 4 do artigo 21.º, e do artigo 25.º do Regulamento do Arquivo Municipal, Regulamento n.º 763/2024 de 27-06-2024, garantindo de igual modo o objetivo 2.2.7 do Plano Estratégico do Arquivo Municipal de Braga 2024-2027: “sustentar o compromisso de enriquecer o património arquivístico com a aquisição de novos fundos e documentos, por meio de transferências, incorporações, doações e compras, seja do universo municipal ou privado, desde que contribuam para a preservação da história da cidade.”

Nos termos do n.º 3, do artigo 25.º do Regulamento do Arquivo Municipal, Regulamento n.º 763/2024 de 27-06-2024, e após análise do inventário apresentado consideramos de extrema importância a aceitação da presente proposta de aquisição de património arquivístico por depósito, por se tratar de espólio de relevante interesse público. “O Instituto Nacional do Trabalho e Previdência [INTP] foi criado pelo Decreto-lei n.º 23 053, de 23 de Setembro de 1933 e tinha como objectivo garantir a execução das leis de protecção ao trabalho e de carácter social, integrando os



trabalhadores e demais elementos de produção na organização corporativa preconizada pelo Estatuto do Trabalho Nacional. Em todos os distritos do continente e ilhas (com excepção de Lisboa), foram criadas delegações distritais do INTP, dirigidas por delegados privativos, a quem competia a inspecção e assistência aos organismos corporativos, a propaganda dos princípios da nova ordem social e a protecção dos trabalhadores. [...]

A delegação de Braga foi criada em Janeiro de 1934, tendo como primeiro delegado José Maria Miranda da Rocha (que havia tomado posse a 21 de Dezembro de 1933), e foi instalada no segundo andar do n.º 139 da Rua Dr. Justino Cruz. Em 1942, já sob a direcção de Henrique Cabral de Noronha e Menezes a delegação muda-se para a Casa dos Coimbras, no Largo de Santa Cruz, onde se manteria até aos anos 50, altura em que a delegação se fixaria, de forma definitiva, no Rossio da Sé, no edifício actualmente ocupado pela unidade local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho. Ao longo da sua existência, a **Delegação de Braga do INTP encarregar-se-ia de orientar e supervisionar a actividade de 102 casas do povo, 23 sindicatos nacionais, 13 grémios da lavoura, sete grémios do comércio e três grémios da indústria**, sendo o distrito de Braga o terceiro do país em número de organismos primários [...]

O espólio documental da Delegação, depositado na unidade local da ACT, é um de apenas dois que sobreviveram até aos dias de hoje: com excepção deste e da delegação da Covilhã, a documentação arquivada por estas entidades em todo o país desapareceram por vicissitudes várias.” (Jorge Mano Torres e Natália Pereira, investigadores Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O espólio documental alvo do presente protocolo de depósito abrange o período entre 1938 e 1974, sobrevivendo inclusive à extinção do INTP, existindo registos até 1979. Esta documentação permite aferir as relações desenvolvidas entre a Delegação e as várias entidades administrativas locais, os organismos corporativos, o tecido empresarial local, bem como, com os órgãos do poder central e as estruturas centrais do INTP, constituindo assim um recurso valioso não só para o estudo da história local do distrito de Braga, mas também para a compreensão do Estado Novo e da estrutura corporativa que o mesmo erigiu, a regulação das relações laborais, relacionadas com comissões administrativas, comissões corporativas e contratos colectivos de trabalho, com grande valor historiográfico.

De acordo com os investigadores do ICS da Universidade do Minho, Jorge Mano Torres e Natália Pereira, “esta documentação é única no país, já que a documentação da quase totalidade das delegações existentes desapareceu, com excepção para a delegação de Braga e a delegação da Covilhã [...]

Pelas razões avançadas, somos de parecer que o espólio documental da delegação distrital de Braga do INTP, à guarda da unidade local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho, deve ser salvaguardado, constituindo uma fonte importantíssima e insubstituível para o estudo do Estado Novo, do corporativismo, da regulação e fiscalização do trabalho, da previdência social e do lançamento da segurança social, entre outros temas.” (Jorge Mano Torres e Natália Pereira, investigadores Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)



Em conclusão:

Pelo exposto, e nos termos do n.º 3, do artigo 25.º do Regulamento do Arquivo Municipal, Regulamento n.º 763/2024 de 27-06-2024 e após análise do inventário apresentado consideramos de extrema importância a aceitação da presente proposta de aquisição de património arquivístico por depósito.

Mais se informa que a presente proposta de aquisição por depósito seja submetida a reunião do Executivo Municipal conforme determina o artigo 23.º do Regulamento do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Braga.

Em anexo à presente Informação remete-se:

- **Inventário**_Arquivo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência [INTP]
- **Proposta de minuta de protocolo de depósito**_ para remessa e validação do Departamento Jurídico.

À consideração superior,

Utilizador: Porfírio António da Silva Correia



Protocolo de Cooperação

**celebrado entre o Município de Braga e a
Autoridade para as Condições de Trabalho do Ministério do Trabalho,
Solidariedade e Segurança Social**

**no âmbito da transferência, a título de depósito, do acervo documental
da Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho
para o Arquivo Municipal de Braga**

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça do Município, 4704-514 - Braga, representada por RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, que aqui outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Braga, com competência para o acto conforme, adiante designado por primeiro outorgante;

e

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, pessoa coletiva de direito público, com o número de identificação de pessoa coletiva 600083349, com sede e Serviços Centrais na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa, devidamente representado por **MARIA FERNANDA CAMPOS**, que aqui outorga na qualidade de Inspetora-Geral, nos termos da alínea h) do nº2 do artigo 8º, conjugado com o disposto no artigo 11º, do Decreto-lei nº 167-C/2013, de 31 de dezembro, adiante designado por segundo outorgante.

Considerando que:

- O Arquivo Municipal de Braga tem por missão a promoção da salvaguarda, valorização, acesso e fruição do património arquivístico do concelho de Braga gerindo, numa perspetiva integrada, a informação produzida pela Câmara Municipal de Braga detendo, igualmente, outros fundos documentais, fundamento da memória coletiva e individual da cidade de Braga.
- O Arquivo Municipal de Braga se assume como uma referência na área dos Arquivos, na era digital, sendo um espaço aberto e para todos, norteando a sua



ação mediante o cumprimento dos valores da acessibilidade, inovação e colaboração.

- O Arquivo Municipal de Braga, no âmbito da sua missão, tem à sua guarda um valioso património arquivístico, com cerca de oito quilómetros de documentação nos mais variados suportes, pondo em diálogo documentos em pergaminho, datados do século XII, e informação em formato nado digital, estando instalado num edifício moderno, dotado com 18 áreas de depósito, inteiramente apetrechado com equipamento e espaços de trabalho específicos que garantem quer as condições ambientais adequadas à sua conservação, quer uma avaliação rigorosa das necessidades de acondicionamento e intervenção preventiva quer, ainda, a concretização de processos de desmaterialização e transferência de suporte.
- Dispõe, igualmente, de uma equipa técnica que, no cumprimento das normas nacionais e internacionais arquivísticas, promove o acesso às fontes através do tratamento técnico, consulta e reprodução, atendendo à legislação em vigor em respeito pelas garantias de confidencialidade e privacidade dos dados pessoais e da informação administrativa.
- O Arquivo Municipal de Braga desenvolve também ações dirigidas à comunidade a partir de uma abordagem inclusiva e acessível, traduzidas no seu Programa *MEMORAR* - Programa de Mediação Cultural, visando o conhecimento e a valorização do seu património arquivístico, convidando à reflexão crítica sobre a memória e identidade locais, numa perspetiva de questionamento do presente e indagação do futuro.
- A Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho, com sede no Rossio da Sé, Braga, 4704-506 - Braga, tem nas suas instalações um valioso património arquivístico que herdou de diversas entidades antecessoras já extintas, como o Instituto Nacional para Trabalho e Previdência (1933-1974) que tinha como missão assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho e as demais de carácter social
- ;

É celebrado o presente protocolo de cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:



Cláusula 1.^a**OBJETO**

1. O presente protocolo estabelece as condições da transferência em regime de depósito do património documental existente nas instalações da Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
2. A documentação alvo de transferência provém de entidades antecessoras da Autoridade para as Condições do Trabalho, criada em 2006, por Decreto-Lei nº 211/2006, de 27 de outubro, que mantiveram em Braga serviços descentrados (Delegações) com a missão de fiscalizar a execução da legislação do trabalho e promover a melhoria das condições de trabalho, como a Inspeção do Trabalho (1916-) e o Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência (1933-1974), permitindo *aferir as relações desenvolvidas entre a Delegação de Braga e as várias entidades administrativas locais, os organismos corporativos, o tecido empresarial local, bem como, com os órgãos do poder central e as estruturas centrais do INTP, constituindo assim um recurso valioso não só para o estudo da história local do distrito de Braga mas, também, para a compreensão do Estado Novo e da estrutura corporativa que o mesmo erigiu.*
3. Será prioritária a recolha e transferência do acervo documental produzido no período cronológico balizado entre 1934 e 1988, garantindo-se assim os prazos para a acessibilidade aos documentos.
4. A transferência da documentação a título de depósito implica que a propriedade do acervo documental se mantém na Autoridade para as Condições do Trabalho do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Cláusula 2.^a**PERÍODO DE VIGÊNCIA DO DEPÓSITO**

O património arquivístico à guarda da Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho será transferido a título de depósito para o Arquivo Municipal de Braga e vigorará enquanto o Primeiro e o Segundo Outorgante estiverem de acordo e cumprirem as obrigações que lhes são atribuídas nas cláusulas 3^a e 4^a.

Cláusula 3.^a

OBRIGAÇÕES DO PRIMEIRO OUTORGANTE

Nos termos do presente protocolo, o Município de Braga, através do Arquivo Municipal de Braga, obriga-se a:

1. Proceder ao tratamento técnico documental necessário para o objetivo estipulado na 1ª Cláusula, numa primeira fase, nas instalações da Autoridade Local da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, em Braga, e, numa segunda fase, no Arquivo Municipal de Braga.
2. Coordenar e assegurar a transferência de toda a documentação objeto do presente Protocolo da Unidade Local de Braga da ACT para o Arquivo Municipal de Braga, que inclui:
 - a) Seleção e triagem, na Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho, das unidades de instalação (pastas, maços, livros, entre outros) com a documentação prevista na cláusula 1ª;
 - b) Acondicionamento das unidades de instalação, de forma adequada à sua transferência;
 - c) Apoio ao transporte da documentação alvo da transferência.
3. Preparar os documentos que certificam o ato de transferência do acervo arquivístico do Segundo Outorgante, designadamente:
 - a) Preenchimento das guias de remessa de unidades de instalação por séries documentais, em formato *Excel*, de acordo com o modelo estipulado pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, e envio via e-mail (para endereço indicado pelo segundo outorgante) para conferência;
 - b) Entrega na data da transferência, de Auto de Depósito e respetivas Guias de Remessa, em suporte de papel, em dois exemplares, que deverão ser assinados e rubricados pelos representantes dos dois outorgantes.
4. Preparar o acervo arquivístico do segundo outorgante nas instalações do Arquivo Municipal de Braga para a sua adequada preservação, designadamente:
 - a) Higienização das unidades de instalação e documentos nelas contidas;
 - b) Acondicionamento em pastas ou caixas, identificação e instalação em depósito com as condições ambientais adequadas à sua correta preservação.
5. Garantir a segurança e condições ambientais indispensáveis à conservação preventiva dos documentos, através dos meios materiais para tal necessários, pelo período de vigência do presente protocolo.
6. Garantir os recursos materiais de higienização e de acondicionamento de unidades de instalação necessários para a adequada conservação da documentação transferida e instalada nos depósitos do Arquivo Municipal de Braga, do primeiro outorgante.



7. Coordenar e assegurar a organização e descrição documental e disponibilizar em linha o acervo arquivístico da Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições de Trabalho, designadamente:
- a) Descrever as unidades de instalação, respeitando as normas internacionais e nacionais para a descrição arquivística da documentação designadamente: ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística; ODA3 - Orientações para a Descrição Arquivística, versão 3, 2011; ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias; ISDF - Norma Internacional para a Descrição de Funções; e ISDIAH - Norma Internacional para a Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico;
 - b) Disponibilizar o sistema de informação electrónico adoptado para a Gestão dos Arquivos Históricos e Intermédio do Arquivo Municipal de Braga para descrição arquivística do acervo referido na cláusula 1.^a, e a sua divulgação em linha, aquando da sua operacionalização.
8. Suportar todos os custos inerentes à guarda do acervo documental, designadamente mantendo seguros com cobertura de riscos de incêndio, de furto e de roubo.
9. Notificar de imediato o Segundo Outorgante caso se verifique qualquer dano ou situação anómala do acervo documental, a fim de se tomarem as medidas necessárias.
10. Enviar à Unidade Local de Braga da Autoridade para as Condições do Trabalho, com regularidade anual, um relatório atualizado relativo ao número de acessos ao acervo documental em depósito.

Cláusula 4.^a

OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO OUTORGANTE

Nos termos do presente protocolo, a Autoridade para as Condições de Trabalho, através da Unidade Local de Braga, obriga-se a:

1. Garantir o acesso às instalações da Unidade Local de Braga, no Rossio da Sé, Braga, aos colaboradores do Arquivo Municipal de Braga, desde que devidamente credenciados e autorizados previamente, de forma a garantir a identificação, acondicionamento e preparação da documentação descrita na cláusula 1.^a do presente Protocolo para o seu transporte.
2. Prestar todas as informações consideradas necessárias para a correta identificação do acervo documental a transferir, a título de depósito.



3. Conferir em tempo útil as guias de remessa e auto de depósito referidas na alínea a) do nº 2 da Cláusula 1ª, de modo a evitar-se eventuais anomalias na informação disponibilizada nos documentos que autenticam o ato de transferência.
4. Garantir os recursos materiais de acondicionamento de unidades de instalação necessários para a adequada instalação nos depósitos documentais do Arquivo Municipal do primeiro outorgante.

Cláusula 5.ª

ACESSO AOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. O Arquivo Municipal de Braga dispõe de uma Sala de Leitura, com vinte lugares, aberta ao público de segunda-feira a sexta-feira, entre as 09h00 e as 12h30 e as 14h00 e as 17h00, de acordo com o regulamento próprio.
2. O acesso aos documentos administrativos exerce-se através dos seguintes meios, conforme opção do requerente:
 - a) Consulta gratuita e presencial efetuada na Sala de Leitura do Arquivo Municipal de Braga;
 - b) Reprodução por fotocópia ou por qualquer meio técnico, designadamente visual, sonoro ou eletrónico.
3. O acesso à consulta presencial e reprodução dos documentos será facultado de acordo com o regulamento n.º 763/2024, de 18 de julho, *Regulamento do Arquivo Municipal de Braga*, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 138 e com o disposto no artigo 17º da Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, que estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico, e da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, revoga a Lei n.º 65/93, de 26 de agosto, com a redação introduzida pelas Leis n.º 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho, e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à reutilização de informações do setor público.
4. Restrições no acesso à documentação estão previstas nos seguintes casos:
 - a) Proteção e conservação física dos documentos;
 - b) Tratamento técnico documental em curso;



c) Proteção de dados pessoais e salvaguarda da intimidade e imagem da vida privada dos cidadãos.

5. O Primeiro Outorgante não se responsabiliza pela emissão de certidões eventualmente pedidas por cidadãos ou entidades coletivas.

Cláusula 6.^a

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Serão garantidos os direitos à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, de acordo com o disposto na Lei nº 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Cláusula 7.^a

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

1. Cada uma das partes nomeia um representante que assegura o desenvolvimento das ações necessárias ao acompanhamento e resolução de questões suscitadas no decurso da execução do presente protocolo.
2. A nomeação do representante a que se refere o número anterior, bem como os respetivos contactos, deve ser comunicada por escrito à outra parte, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da assinatura do protocolo.

Cláusula 8.^a

REVISÃO

1. O presente protocolo pode ser objeto de alteração ou revisão, mediante proposta de uma das partes nesse sentido.
2. Qualquer alteração proposta apenas produz efeitos após acordo entre as partes, reduzido a escrito.

Cláusula 9.^a

VIGÊNCIA



1. O presente protocolo é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, renovando-se automaticamente por iguais e sucessivos períodos.
2. Qualquer uma das partes pode opor-se à renovação do presente protocolo, mediante comunicação por escrito com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do período de vigência em curso.

Cláusula 10.^a

CESSAÇÃO

1. O presente protocolo cessa se se extinguirem os motivos que levaram à sua celebração, ou se se tornar impossível o cumprimento permanente das obrigações previstas no presente protocolo.
2. A cessação prevista no número anterior deve ser comunicada por escrito no mais curto tempo possível.

Cláusula 11.^a

DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Nenhuma supressão, aditamento ou modificação de qualquer das cláusulas terá validade, a menos que seja resultado de acordo entre as Partes, escrito e assinado por um ou mais representantes devidamente autorizados pelas Partes.
2. A nulidade de uma ou de várias cláusulas não importa a invalidade das restantes Cláusulas, nos termos da lei civil Portuguesa.
3. Em caso de qualquer ambiguidade, contradição ou discrepância entre os vários documentos que compõem o presente, prevalecerão as disposições no mesmo previstas sobre os restantes documentos anexos.

Todas as cláusulas do presente Protocolo de Cooperação foram essenciais para a formação da vontade de cooperação dos Outorgantes, sendo certo que todas elas correspondem inteiramente à vontade livremente expressa pelos mesmos, na sequência do que a vão assinar em dois exemplares, ficando um na posse de cada um dos outorgantes.



Braga, _____ de _____ de _____

Pela Câmara Municipal de Braga

Pela Autoridade para as Condições do
Trabalho

O Presidente da Câmara

O Inspetor-Geral

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

Maria Fernanda Campos

